

DNV·GL

Avaliação ao Atendimento do Compromisso Público da Pecuária na Amazônia

Marfrig Global Foods S.A.

Relatório No.: Z0520642, Rev. 00

Data: 09/11/2017



Título do Relatório: Avaliação ao atendimento do Compromisso

Público da Pecuária na Amazônia

Cliente: Marfrig Global Foods S.A.

Pessoa de contato: Leonel Almeida

Data de emissão: 09/11/2017

Projeto No.: PRJC-520642-2015-AST-BRA

Unidade: Business Assurance

Relatório No.: Z0520642, Rev. 0

Det Norske Veritas

Av. Alfredo Egydio de Souza
Aranha,100

Centro Administrativo Santo Amaro –
CASA

Bloco D – 3º andar

04726-170 – São Paulo, SP

Brasil

Tel.: +55 11 3305 3305

Fax: +55 11 3305 3313

Preparado por:
Felipe Lacerda Antunes

Verificado por:
Juliana Scalon



À Marfrig Global Foods

I) Introdução

Desde 2007 o Greenpeace estuda o comportamento da cadeia produtiva da pecuária na Amazônia. Após um longo processo investigativo, em 2009, a organização lançou o relatório “A Farra do Boi na Amazônia” que apontava a relação entre empresas frigoríficas envolvidas com desmatamento ilegal e trabalho escravo com produtos de ponta comercializados no mercado internacional como bolsas e sapatos esportivos. Desde então, os frigoríficos Marfrig, Minerva e JBS assumiram um compromisso público de excluir de sua lista de fornecedores as fazendas que desmataram a floresta amazônica após outubro de 2009, além daquelas que utilizam mão de obra análoga à escrava ou estão localizadas em terras indígenas e unidades de conservação. O compromisso público que estabelece critérios para as compras de boi em propriedades localizadas no Bioma Amazônia é denominado “**CRITÉRIOS MÍNIMOS PARA OPERAÇÕES COM GADO E PRODUTOS BOVINOS EM ESCALA INDUSTRIAL NO BIOMA AMAZÔNIA**”. Em junho de 2017 o Greenpeace retirou-se do compromisso, mas os frigoríficos continuam aplicando-o, e reafirmaram publicamente o compromisso.

II) Objetivo

A DNV GL foi contratada com o objetivo de avaliar de modo independente, por intermédio de auditoria, as informações e processos do Marfrig que possibilitem identificar se a mesma atendeu aos critérios assumidos no compromisso público supracitado, compreendendo o período de 1 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.


III) Período de auditoria

A auditoria foi realizada no período entre 31 de agosto e 14 de setembro de 2017, abrangendo as compras de animais compreendidas entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

IV) Descrição da Empresa e do Processo de Compra de Gado Bovino

Marfrig Global Foods é uma empresa global de alimentos à base de carnes bovina, ovina, suína, de aves e de peixes. Atua nos segmentos de food service e varejo, através de uma plataforma operacional composta por unidades produtivas, comerciais e de distribuição instaladas em 16 países. No Brasil, a empresa possui 14 unidades, sendo 4 delas compradoras de gado proveniente de fazendas localizadas dentro do Bioma Amazônia: Tangará da Serra/MT; Paranatinga/MT; Chupinguaia/RO e Tucumã/PA.

Na unidade de Tangará da Serra/MT foi verificada a aplicação do “Procedimento para Análise de pedido de compra de animais de fornecedores com CPF/CNPJ embargado pela IBAMA – Documento do Sistema de Gestão da Pecuária e Sustentabilidade Corporativa”, código DSGPSC 002, data de emissão 05/2013, revisão 00, e Procedimento de controle socioambiental da compra do Gado, código DSGPSC 001, data de emissão 05/2012, revisão 00, com a descrição das etapas necessárias para a compra de animais, que é seguido pela equipe de compras de gado e de sustentabilidade, a saber:

- 
1. Consultar a lista do IBAMA;
 2. Consultar a lista do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego);
 3. Solicitar do produtor cópia de licença ambiental ou CAR (Cadastro Ambiental Rural);
 4. Solicitar do produtor cópia do CCIR atualizado (Certificado de Cadastro do Imóvel Rural);
 5. Solicitar do produtor informações sobre fases de produção da propriedade: Cria, Recria e Engorda;
 6. Solicitar do produtor informações sobre o sistema de alimentação da propriedade: Pasto, Semi-Confinamento e Confinamento;
 7. Para as unidades Bioma Amazônia: consultar a lista de habilitados e não habilitados fornecida pela empresa de monitoramento geoespacial.


A equipe de compra de gado (4 compradores) e a supervisora de sustentabilidade da unidade de Tangará da Serra demonstraram conhecer todas as instruções dos procedimentos socioambientais para aquisição de gado.

Todas as unidades do Marfrig utilizam o módulo Compra de Gado do sistema TAURA para efetuar as compras de gado. Os compradores antes de efetuar a compra e, antes que o gado seja abatido, consultam a lista de produtores que estejam embargados pelo IBAMA, através de seu site, pelo CNPJ/CPF do produtor. O sistema TAURA bloqueia automaticamente a compra de qualquer produtor que tenha seu nome na lista do IBAMA. O mesmo sistema também bloqueia o fornecedor que porventura esteja na lista do "trabalho escravo", e fazendas que estejam NÃO HABILITADAS perante monitoramento geoespacial.

As informações sobre o SNCR/CCIR e CAR/Licenças ambientais são obtidas após contato dos compradores de gado com os pecuaristas.

Para as unidades que fazem compras de fornecedores que se situam no Bioma Amazônia, além das informações de fornecedores constantes no Sistema TAURA e nos controles corporativos, faz-se uma análise do ponto georreferenciado e polígono referenciado geograficamente neste bioma. O Marfrig possui um contrato com a empresa especializada que utiliza dispositivos geoespaciais e sistema de informações geográficas (GIS) para realizar o estudo e traçado de áreas e poligonais possibilitando o "cruzamento" de dados referentes a localização das propriedades com: áreas de desmatamento, unidades de conservação e terras indígenas.

No dia 14 de setembro de 2017 a empresa que realiza as análises geoespaciais foi visitada pelo auditor da DNV GL e foram apresentados os processos para a obtenção destes dados. Para essas unidades ainda, há pelo menos um técnico de campo do Marfrig que visita as propriedades dos pecuaristas quando necessário, munido de um GPS automático que monitora todo o caminho até as propriedades e também as coordenadas da porteira, sede e curral das fazendas. Este técnico de campo também faz fotografias das fazendas visitadas e coleta informações documentais, no caso de propriedades bloqueadas inicialmente, no intuito de coletar imagens "in loco" que possam ser utilizadas como substrato de uma verificação mais aprofundada da empresa especializada em monitoramento geoespacial. A partir destas informações e dos mapas das propriedades, a empresa especializada realiza nova análise da propriedade (novos desmatamentos) para verificar se é um falso positivo.



Para realizar a sobreposição das áreas das fazendas com as áreas de restrição, a empresa contratada utiliza os dados do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) através do DETER (programa de detecção de focos de desmatamento em tempo real) e do PRODES (Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia) para avaliar a ocorrência de novos desmatamentos nas fazendas fornecedoras.

O INPE geralmente divulga trimestralmente um mapa de alertas através do programa DETER, onde são indicadas áreas em processo de desmatamento por degradação florestal progressiva.

O programa PRODES mede as taxas anuais de corte raso desde 1988. Por ser mais detalhado e depender das condições climáticas da estação seca para aquisição de imagens livres de nuvens obtidas entre maio e setembro, a divulgação dos dados é realizada apenas uma vez por ano, com previsão para todo mês de dezembro, sendo posteriormente, liberados os dados residuais desse sistema.

V) Procedimentos

Etapa 1 – Avaliação do Sistema de compra de gado e bloqueio de fornecedores

Passo 1 – Seleção da amostragem

A verificação é limitada ao alcance do protocolo de referência usado (“Critérios Mínimos para Operações com Gado e Produtos Bovinos em Escala Industrial no Bioma Amazônia”, Greenpeace) e do escopo da avaliação pré-definido.

O trabalho é amostral, baseado na verificação de documentos, nas informações recolhidas nas entrevistas e na verificação das condições físicas (efetuada aleatoriamente). Os documentos analisados estão descritos na tabela 1 abaixo.


Tabela 1. Lista de conferência de documentos analisados

Nome do Documento	Data de abrangência / código e versão	Avaliado (S/N)
Plano de Trabalho para Auditoria	Protocolo de Verificação DNV GL / Agosto de 2017	S
Termo de Referência para Auditoria de 3ª parte 2017	2017 (ano base 2016)	S
Procedimentos	Procedimento de Controle Socioambiental da Compra de Gado, código DSGPSC 001, revisão 00 / maio de 2012	S
Registros	- Documentos de fornecedores (CAR/LAU/SNCR/CCIR) e impressões das telas de computador para cada etapa da compra. - Informações Poligonais / 14 de setembro de 2017	S
Sistema de Monitoramento	Sistema da empresa especializada em monitoramento geoespacial	S
Sistema de Bloqueio	Sistema TAURA / verificado o funcionamento durante a auditoria	S
Relação de Fornecedores	Para o período de 1 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016: - Informações auditoria Tangará da Serra com estatística - Informações auditoria Chupinguaia com estatística - Informações auditoria Paranatinga com estatística - Informações auditoria Tucumã com estatística	S
Lista pública de propriedades embargadas – IBAMA	Consulta ao website: http://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php	S
Lista Pública de pessoas / empresas – mão-de-obra escrava – MTE	Lista do cadastro de empregadores – Portaria Interministerial nº 2 de 12 de maio de 2011. Atualização: lista fornecida pela INPACTO – Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, emitida 28 de setembro de 2015 e atualizada em 05 de fevereiro de 2016 e 13 de junho de 2016	S
Lista de Fornecedores Habilitados / Não Habilitados no monitoramento geoespacial	Listas de Habilitados e Não Habilitados vigentes à época da geração dos pedidos de compra do gado	S

Esta avaliação foi conduzida por meio de: exame de documentações; acesso a sistemas de dados, avaliação das condições ambientais de trabalho e entrevistas com funcionários, utilizando como documentos de referência:

- “Critérios Mínimos para Operações com Gado e Produtos Bovinos em Escala Industrial no Bioma Amazônia”, Greenpeace.
- “Termo de Referência para Auditoria de Terceira Parte do Compromisso Público da Pecuária na Amazônia”.

A metodologia definida para esta avaliação foi aplicada em todas as unidades que compram gado de fornecedores também situados dentro do Bioma Amazônia: Tangará da Serra/MT, Paranatinga/MT, Chupinguaia/RO e Tucumã/PA.



Durante a análise documental realizada antes das visitas, para o período de 1 de Janeiro de 2016 e 31 de Dezembro de 2016, foram amostrados pelo menos 10% do total de pedidos de compra de gado dentro do Bioma Amazônia brasileiro nesse período para cada unidade, o que resultou em:

- 360 dos 2149 pedidos de compra de Tangará da Serra/MT, representando 16,75% do volume total de pedidos e 17,94% do volume total de animais abatidos dentro do bioma para a unidade no período;
- 85 dos 433 pedidos de compra de Paranatinga/MT, representando 19,19% do volume total de pedidos e 17,42% do volume total de animais abatidos dentro do bioma para a unidade no período;
- 596 dos 4328 pedidos de compra de Chupinguaia/RO, representando 13,77% do volume total de pedidos e 28,17% do volume total de animais abatidos para a unidade no período;
- 357 dos 3181 pedidos de compra de Tucumã/PA, representando 11,22% do volume total de pedidos e 11,95% do volume total de animais abatidos para a unidade no período.

A amostragem de 10% das compras de gado, em volume de abate das unidades que compram gado de propriedades de dentro do Bioma Amazônia brasileiro, havia sido definida entre as empresas signatárias, e considerando que o nível de não conformidade do ano anterior foi de 0%, portanto inferior a 5%. Em 06 de setembro de 2017 um profissional de tecnologia da informação da DNV GL visitou o departamento de TI do Marfrig, onde foi verificada a integridade dos registros de compra. Nesse momento foi analisada a extração do relatório de compras, e foi confirmado que a linguagem de programação não possui filtros ou vieses que pudessem influenciar na extração de tal relatório.

Em Promissão/SP, o sistema de monitoramento geoespacial por satélite foi apresentado e demonstrado. Este é realizado por empresa contratada. Em Tangará da Serra/MT foram verificadas compras de gado, suas evidências e documentação de fornecedores e identificação de origem do gado. Para as demais unidades (Tucumã/PA, Paranatinga/MT e Chupinguaia/RO), fornecedores amostrados também foram avaliados de acordo com a lista de áreas embargadas do IBAMA, a lista do trabalho escravo do Ministério do Trabalho e Emprego, e lista de habilitados/ não habilitados (monitoramento geoespacial) quanto a novos desmatamentos, unidades de conservação e terras indígenas.


Os subprodutos bovinos (miúdos, couro, chifre, sangue, bÍlis, etc.) foram indiretamente incluídos através da amostragem nos fornecedores diretos ativos de gado.

Passo 2 – Teste do sistema de compras de gado

Para todas as unidades do Bioma Amazônia, os fornecedores amostrados (fornecedores correspondente a pelo menos 10% das compras de gado do período de 1 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016) foram confrontados com as propriedades embargadas do Ibama, MTE (lista fornecida pela INPACTO1 – Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, emitida em 28 de setembro de 2015 e atualizada em 05 de fevereiro de 2016 e 13 de junho de 2016) e da empresa de monitoramento geoespacial (última lista do ano de 2016).

Foram analisadas também as documentações de todas as compras da amostragem, de modo a se verificar, através dos arquivos, se todos os procedimentos foram cumpridos. As impressões de telas de

¹ <http://www.inpacto.org.br/trabalho-escravo/lista-suja/>



computadores (printscreens) de cada etapa foram analisadas, inclusive as análises aos sites do Ibama e MTE e às listas de não conformes da empresa de monitoramento geoespacial.

Através de análise de documentações, entrevistas com funcionários e acesso ao sistema de compras do Marfrig, verificou-se que todas as unidades do Marfrig, seguem a política da companhia de não adquirir gado de fazendas incluídas na relação de áreas embargadas relacionadas na Portaria IBAMA no. 19, de 02 de Julho de 2008 e Decreto No. 6.321 de 21 de dezembro de 2007 e em suas atualizações disponibilizadas.

Como descrito anteriormente, dos fornecedores associados às 1010 compras amostradas para abate das unidades do MT, PA e RO (fornecedores diretos habilitados – lista fornecida pelo Marfrig – período de 1 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016) de dentro do bioma Amazônia brasileiro nenhum deles constava da lista de áreas embargadas do IBAMA conforme consultas realizadas nos dias da auditoria.

Também nenhum dos fornecedores amostrados das unidades do MT, PA e RO constava da Lista do Trabalho Escravo do MTE, conforme última lista fornecida pela INPACTO, emitida em 28 de setembro de 2015 e atualizada em 05 de fevereiro de 2016 e 13 de junho de 2016.


Nenhum dos fornecedores amostrados das unidades do MT, PA e RO estava inconforme na data de abate, segundo a lista do monitoramento geoespacial, ou seja, não abateram de propriedades que apresentassem PRODES e/ou DETER e/ou sobreposição com Terras Indígenas e/ou Unidades de Conservação.

A partir de Janeiro de 2013 o Marfrig implantou uma ferramenta RFI (Request for Information) pela qual os pecuaristas que forneçam gado adquirido de terceiros (fornecedores indiretos) devem informar a origem dos animais pela qual o Marfrig solicita – Propriedade, Município, Estado, Proprietário, CNPJ ou CPF. O departamento de sustentabilidade consulta as listas do IBAMA, MTE, para verificar se esses fornecedores indiretos não estão relacionados nestas listas. No entanto, as fazendas que fornecem indiretamente ainda não são verificadas de forma sistemática. Foi também evidenciado que o Marfrig participou do workshop “Fornecedores indiretos na pecuária sustentável”, e está participando do grupo de trabalho criado nesse evento – o Grupo de Trabalho dos Fornecedores Indiretos na Pecuária Brasileira (GTFI). Esse grupo se propõe a discutir propostas, soluções e status associado à rastreabilidade e monitoramento do gado fornecido por fornecedores.

Foi evidenciado o procedimento de Rastreabilidade POPSAU 017.10/SIF 1751 de janeiro de 2005, na revisão 38 de junho de 2017.

Os animais são transportados desde sua origem, sempre acompanhados do Guia de Trânsito Animal - GTA. Quando chegam ao frigorífico, um funcionário confere as informações do GTA e alimenta o sistema TAURA. Em seguida, o gado é encaminhado para o curral, respeitando a lotação de cada curral. Em cada curral, o SIF faz a conferência e preenche a documentação, informando dados do pecuarista, cidade, propriedade, nº dos GTAs e quantidade de gado (machos e fêmeas).

Passo 3 – Teste do sistema de bloqueio de fornecedores em não conformidade



Além da amostragem realizada citada acima, foram simuladas “in loco” situações de compras para 45 produtores com uma ou mais restrições, ou seja, que estão presentes junto a lista de áreas embargadas do IBAMA, lista do trabalho escravo e a lista de não habilitados quanto ao monitoramento geoespacial, escolhidos aleatoriamente, no período entre 1 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 para todas as unidades, além de checar sua presença na lista de áreas embargadas do IBAMA e MTE. O objetivo desta amostragem adicional foi verificar se haveria a possibilidade do sistema da empresa aceitar sem qualquer restrição a geração de pedidos de compra de fornecedores não habilitados quanto ao monitoramento geoespacial referente a novos desmatamentos (PRODES, DETER), terras indígenas, unidades de conservação e presenças na lista de áreas embargadas do IBAMA e MTE.

Em todas as simulações o sistema de compras TAURA não permitiu a compra, acusando o produtor como “não registrado”. Isso se deve às ferramentas utilizadas para bloqueio de INCONFORMIDADES. As listas do MTE são inseridas diretamente no sistema após a conversão em formato Excel, os fornecedores não habilitados da lista do monitoramento geoespacial são desabilitados manualmente pelo setor de Sustentabilidade Corporativa e a consulta ao site do IBAMA é feito diretamente via webservice no sítio do IBAMA. Todos esses bloqueios automáticos são somados às mesmas consultas, realizados de forma manual pelo setor de Compra de Gado, contribuindo para uma melhor seguridade nos processos de compra da empresa.

Para casos de fornecedores presentes nas listas de áreas embargadas pelo IBAMA para propriedades diferentes daquela em que se deseja comprar gado, é solicitado pelo comprador um desbloqueio. O pedido é feito ao departamento de Sustentabilidade da unidade, que o repassa para o departamento de Sustentabilidade Corporativa, para analisar o caso. Cada propriedade é analisada através das coordenadas do embargo x mapa da propriedade que se deseja abater, avaliando se a localização dos pontos de embargo não está em tal propriedade. Se comprovado que o embargo do IBAMA não está na propriedade em questão, o pedido é liberado pelo departamento de Sustentabilidade Corporativa para ser realizada a compra de gado. Todas as etapas e arquivos deste procedimento são documentadas e arquivadas.

Etapa 2 – Empresa terceirizada de geomonitoramento.

Passo 1 – Verificação dos procedimentos

Durante o ano de 2016 a empresa que prestava serviços de geomonitoramento para o Marfrig era a Agrottools, já visitada pela DNV GL em 2015 e 2016. Em 2017 a Marfrig trocou o fornecedor de geomonitoramento para a Geoflorestas. No dia 14 de setembro de 2017 a empresa que realiza as análises geoespaciais foi visitada pelo auditor da DNV GL e foram apresentados os processos para a obtenção destes dados. Durante a visita a DNV GL pôde verificar que a empresa está devidamente habilitada para a realização das atividades descritas, considerando: Objeto Social, CNAE, Responsabilidade Técnica no CREA, profissionais experientes. Foi verificado o Registro de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente às atividades realizadas, em 2017, a descrição do escopo realizado pela ‘Contratada’ no âmbito do processo do monitoramento, identificando os ‘produtos’ gerados, bem como a documentação do projeto contendo o escopo de atividades, plano operacional e descritivo técnico referente aos procedimentos de acesso, tratamento e uso das bases de dados referentes aos critérios utilizados nas análises socioambientais.

Passo 2 – Simulação do monitoramento

O processo inicia quando a empresa de geomonitoramento recebe os dados do Marfrig e realiza a validação dos dados. A propriedade é cadastrada no sistema e é gerada uma identidade geográfica da propriedade e, caso haja alguma incoerência entre os dados, a empresa encaminha ao Marfrig um "Relatório de Anomalia". A seguir é gerada a geometria e realizada a análise dos critérios socioambientais, reportando sobreposição quando for o caso. Os mapas são elaborados baseando-se em documentos oficiais (CAR, matrícula, mapa do georreferenciamento do INCRA, memorial descritivo, etc.) enviados diretamente pelo produtor, que são monitoráveis, reportáveis e verificáveis, e a empresa avalia as informações recebidas de forma criteriosa antes de gerar a geometria, certificando de que aquela informação é realmente do produtor que está em negociação comercial com a Marfrig. Semanalmente a empresa envia ao Marfrig os relatórios de monitoramento atualizados – listagem dos cadastros habilitados e listagem dos cadastros não habilitados, os quais são repassados a cada unidade Marfrig e sua respectiva equipe de compradores de gado que adquirem animais do Bioma Amazônia. Durante a auditoria na Geoflorestas foram testadas propriedades, escolhidas aleatoriamente da Lista Geo, contemplando tanto fornecedores bloqueados como aqueles liberados, para avaliação do funcionamento do sistema de monitoramento para desmatamento (10 propriedades), sobreposição a UC (10 propriedades) e sobreposição a TI (10 propriedades), totalizando a simulação de 30 propriedades, bem como do processo para geração da geometria com base na documentação enviada pelo produtor. Todos os resultados foram compatíveis com o status de cada propriedade na Lista Geo, confirmando assim a funcionalidade do sistema de geomonitoramento.

Etapa 3 – Regularização fundiária e ambiental da cadeia de fornecedores

As informações sobre o SNCR/CCIR e CAR/Licenças ambientais são obtidas após contato dos compradores de gado com os pecuaristas. Durante o processo de auditoria foi verificada a regularização ambiental e fundiária da cadeia de fornecedores diretos, através da checagem dos controles realizados, e os seguintes resultados foram obtidos:

Tangará da Serra: 100% dos processos de compras provêm de fornecedores que possuem ou CAR ou LAU.

Paranatinga: 100% dos processos de compras provêm de fornecedores que possuem ou CAR ou LAU.

Chupinguaia: 45,29% dos processos de compras provêm de fornecedores que possuem ou CAR ou LAPR.

Tucumã: 100% dos processos de compras provêm de fornecedores que possuem ou CAR ou LAR.

O Marfrig tem atuado junto aos seus fornecedores no sentido de fomentar a obtenção da licença ambiental e da Inscrição no Sistema Nacional de Cadastro Rural através de solicitação e informações via telefone e durante a visita do pecuarista à Marfrig, visita às fazendas pelos técnicos de campo, palestras e campanhas de marketing sobre o tema, Marfrig Club, etc.

Durante a auditoria foi evidenciado que 100% dos fornecedores têm coordenadas georreferenciadas e 100% possuem documentos referentes ao Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) ou outro equivalente (IPTU, CCIR, Registro de Posse, etc) para as unidades de Paranatinga e Tangará da Serra. Para a unidade de Chupinguaia 98,94% possuem SNCR, e para a unidade de Tucumã apenas 0,35% possuem SNCR em função da situação fundiária do Estado do Pará, conforme declarado pelo Marfrig. No entanto, 100% desses fornecedores possuem Cadastro Ambiental Rural (CAR). Para a unidade de Chupinguaia apenas dois fornecedores não possuem nem SNCR nem CAR, mas ambos possuem escritura / comprovante de compra e venda e memorial descritivo.

VI) Resultados do processo de auditoria

Não foi identificada nenhuma operação de compra que estivesse irregular em relação à lista do “Trabalho Escravo”, lista de áreas embargadas do IBAMA e lista de INCONFORMIDADES do Monitoramento Geoespacial (sobreposição com novos desmatamentos – PRODES e DETER; Unidades de Conservação e Terras Indígenas).

1. Acesso à Informação

Foram analisados os documentos descritos na tabela 1 (página 4).

2. Não conformidade

As fazendas que fornecerem indiretamente ao Marfrig ainda não são verificadas de forma sistemática, uma vez que os frigoríficos ainda não conseguiram adotar procedimentos auditáveis para os fornecedores indiretos.

VII) Limitações da Auditoria

Não foram encontradas limitações de acesso à informação nesta auditoria. No entanto a auditoria se limita a assegurar o processo de aquisição de bovinos estabelecido pelo Marfrig considerando o processo de amostragem descrito neste relatório.

VIII) Conclusões

A avaliação do atendimento aos “Critérios Mínimos para Operações com Gado e Produtos Bovinos em Escala Industrial no Bioma Amazônia – Greenpeace” ocorreu através de auditoria realizada nas unidades de Tangará da Serra nos dias 31 de agosto e 01 de setembro de 2017, em Promissão nos dias 05 e 06 de setembro de 2017, no setor de TI do Marfrig em 06 de setembro de 2017 e na empresa que realiza as análises geoespaciais em 14 de setembro de 2017.

Foram avaliadas as compras das unidades de Tangará da Serra/MT, Paranatinga/MT, Chupinguaia/RO e Tucumã/PA e com base nas constatações detalhadas no capítulo anterior deste relatório, destacamos a seguir as principais conclusões desta avaliação em relação à aderência aos “Critérios Mínimos para Operações com Gado e Produtos Bovinos em Escala Industrial no Bioma Amazônia – Greenpeace”:

1. Foi evidenciado na amostragem aleatória realizada nos dias de auditoria que nenhum fornecedor constava na lista de áreas embargadas do IBAMA conforme consultas realizadas no website <http://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>, e na Lista do Trabalho Escravo do MTE, conforme consultas realizadas no website <http://www.inpacto.org.br/trabalho-escravo/lista-suja/>;
2. Da mesma forma foi evidenciado que o Marfrig não comprou gado de nenhum fornecedor amostrado da lista de produtores não habilitados quanto ao monitoramento geoespacial nas unidades do Bioma Amazônia no DETER, PRODES, Unidade de Conservação e Terras Indígenas;

3. A equipe de compra de gado pratica a verificação sistemática diária nas listas de trabalho escravo (Ministério do Trabalho) e áreas embargadas (IBAMA), conforme descrito no *Procedimento de Controle Socioambiental da Compra de Gado*, código DSGPSC 001, data de emissão 05/2012, revisão 00, com a descrição das etapas necessárias para a compra de gado;
4. Utilização pelos compradores de gado do sistema informatizado TAURA que bloqueia automaticamente a aquisição de gado de propriedades que possuem embargo na lista do IBAMA, da lista de trabalho escravo e lista de não habilitados do monitoramento geoespacial;
5. Informação de fornecedores do Bioma Amazônia sobre coordenadas georeferenciadas de suas propriedades. Na amostragem efetuada, 100% dos fornecedores diretos ativos situados no Bioma Amazônia têm as fazendas com limites definidos (polígonos);
6. 100% dos fornecedores amostrados possuíam protocolo do CAR (Cadastro Ambiental Rural), CAR e/ou LAU (Licença Ambiental Única)/LAR (Licença Ambiental Rural) nos estados do Mato Grosso e Pará;
7. Foi apresentado pelo Marfrig o Quadro de Poligonais no bioma da Amazônia brasileiro (para produtores conformes com limites das propriedades (poligonais) até 31 de dezembro de 2016) de fornecedores diretos. Os mapas são elaborados baseando-se em informações oficiais, que são monitoráveis, reportáveis e verificáveis, e a empresa de geomonitoramento avalia as informações recebidas de forma criteriosa antes de gerar a geometria.

Tangará da Serra: 100% dos fornecedores.

Paranatinga: 100% dos fornecedores.

Chupinguaia: 100% dos fornecedores.

Tucumã: 100% dos fornecedores.

8. Robustez da integridade dos registros de compra, evidenciada através de visita ao departamento de TI do Marfrig;
9. Apesar de liberdade em realizar a auditoria apenas documentalmente, o Marfrig optou também por realizar uma etapa in loco (em unidade no Bioma Amazônia) para evidenciar os procedimentos realizados e conhecimentos práticos das equipes locais. Isso permitiu visualizar o fluxo de informações entre a equipe Sustentabilidade Corporativa para com a equipe da unidade (Sustentabilidade e Compra de Gado), bem como empresa responsável pelo monitoramento geoespacial.

São Paulo, 22/09/2017



Felipe Lacerda Antunes – Auditor

TABELAS

Tabela 1 – Total compras e amostragem

1 - Total de compras e amostragem			
Total de compras de matéria-prima originária no Bioma Amazônia realizadas pelo Marfrig do dia 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016	Total de animais com origem do Bioma Amazônia adquiridos do dia 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016	Total de compras amostradas para a realização das análises apresentadas	Total de animais amostrados para a realização das análises apresentadas
10101	686706	1398	142719

Tabela 2 – Não conformidade encontradas no período da auditoria

2 – Não conformidade(s) (2016)			
Critério	Total de não-conformidade	% de não-conformidade em relação ao total de compras do ano base	% não-conformidade em relação ao total de compras amostradas
Compras de matéria-prima originária de propriedades em que foi identificado desmatamento posterior a out/2009.	0	0	0
Compras de matéria-prima originária de propriedades com sobreposição de Terras Indígenas	0	0	0
Propriedades bloqueadas por presença em UC	0	0	0
Propriedades bloqueadas por presença na Lista do MTE	0	0	0
Propriedades bloqueadas por presença na Lista do IBAMA	0	0	0
Propriedades bloqueadas por outros critérios previstos no compromisso não descritos acima (especificar)	0	0	0

Tabela 3 – Resultados teste de bloqueio

3 – Teste de bloqueio			
	Número total de testes de simulação de compra no sistema da Companhia	Conforme	Não-conforme
IBAMA	16	16	0
MTE	15	15	0
GEO (Prodes, DETER, TI e UC)	14	14	0



Contatos DNV GL

Felipe Lacerda Antunes – Auditor

Alexandre Santos – Auditor

Fábio Pizzoli – Auditor

Juliana Scalon – Revisão

Kátia Nogueira – Gerente Comercial

Det Norske Veritas

Av. Alfredo Egydio de Souza Aranha,100

Centro Administrativo Santo Amaro – CASA

Bloco D – 3º andar

04726-170 – São Paulo, SP

Brasil

Tel.: +55 11 3305 3305

Fax: +55 11 3305 3313

DNV·GL



Vision

To have a global impact for a safe and sustainable future

Values

We never compromise on QUALITY or our INTEGRITY

We care about our CUSTOMERS and provide solutions that improve their business results

We create a working environment where PEOPLE are challenged to do their best

We acquire and share KNOWLEDGE and apply it to enhance value for our customers

We build our future through PROFITABLE operations, innovation and new business opportunities

We succeed by LIVING OUR VALUES

www.dnvgl.com